

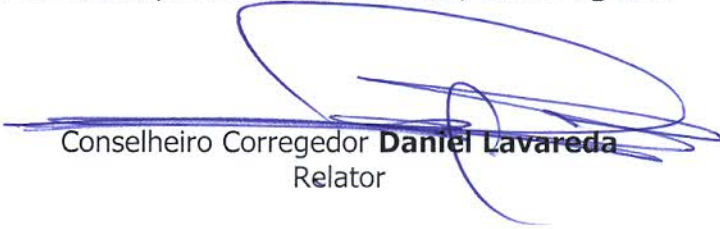
**PREJULGADO DE TESE Nº 012, 11 de agosto de 2016.****RESOLUÇÃO Nº 12.632****Processo nº 201606239-00**

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE - BOI. PERCENTUAL QUE INTEGRA A BASE DE CÁLCULO PARA REPASSE DO DUODÉCIMO À CÂMARA MUNICIPAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012 c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **à unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução do Conselheiro Relator, às **fls. 06-08** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **11 de agosto de 2016.**


Conselheiro **Aloísio Chaves**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Relator

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia e Antônio José Guimarães; Conselheiros substitutos, Alexandre Cunha e Sérgio Dantas; e a Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Regina Cunha.



Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 33.194,
de 19/08/16, pg. 133
Responsável

de
107

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

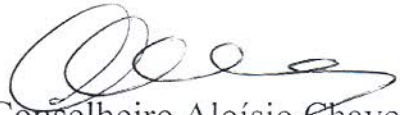
RESOLUÇÃO Nº 12.632

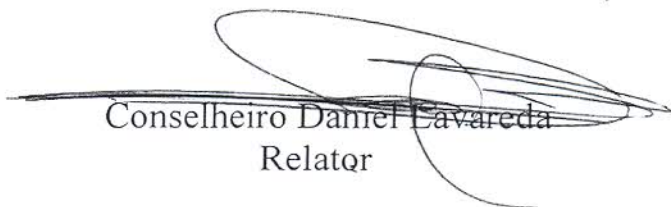
Processo : 201606239-00
Origem : Câmara Municipal de Peixe-Boi
Assunto : Consulta
Responsável : Francisco Oliveira de Souza
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: C.M. de Peixe-Boi. Consulta sobre qual percentual do FPM integra a base de cálculo do repasse do duodécimo à Câmara Municipal.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em conhecer a consulta nos termos do art. 298 do RI deste Tribunal, com o permissivo do art. 300, §2º do RI/TCM-Pa e votar que o percentual deverá ser de 100%(cem por cento), incluído, portanto o 1%(um por cento) previsto no art. 159, I, “d” da CF/88.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 11 de agosto de 2016.


Conselheiro Aloísio Chaves
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros, Mara Lúcia e Antônio José e Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha e Sérgio Dantas e a Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 17.632
PROCESSO Nº : 201606239-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE-BOI

07
J

RELATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Peixe-Boi, Sr. Francisco Oliveira de Souza, encaminhou CONSULTA (fls. 01/05) a esta Corte de Contas em 30/05/2016, com amparo nos arts. 43, IX, 112, 113 e 114 do Regimento Interno desta Corte de Contas, onde suscita o seguinte questionamento, em síntese:

- No repasse do duodécimo à Câmara Municipal, qual percentual do FPM integra a base de cálculo?

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre relatar que a presente consulta trata sobre caso concreto, porém por se tratar de matéria que julgo ter relevante interesse público, a enquadro no permissivo do art. 300, § 2º do RI/TCM-Pa¹ a fim de respondê-la com a observação de que tal deliberação não constituirá prejudgado do fato ou do caso concreto. Quanto as demais formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012, a presente cumpre seus requisitos, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, pelo que passo a análise de mérito da mesma.

A composição da base de cálculo para repasse de duodécimo é estabelecida no art. 29-A da CF/88², com a seguinte composição: o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

A formação da base de cálculo do repasse ao Poder Legislativo já foi objeto da Orientação

¹ Art. 300. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento.
(...)

§ 2.º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejudgado do fato ou caso concreto.

² Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO : 12.632
PROCESSO Nº : 201606239-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE-BOI

Técnica 01/2012, emitida por este TCM na qual corrobora o previsto na CF/88 apontada ao norte.

Segundo a exposição de motivos da presente consulta, o cerne da questão é a suposta informação, repassada pelo Executivo Municipal, que apenas 99% do FPM integram a base de cálculo do referido repasse, excluindo 1% previsto no art. 159, I, "d" da CF/88³.

Tal entendimento do Executivo Municipal não deve prosperar uma vez que não há qualquer referência à exclusão do percentual constante do art. 159, I, "d" da CF/88. Ao contrário, o texto constitucional é claro ao afirmar que todas as s transferências previstas no art. 159 da CF/88 compõe a base de cálculo para repasse à Câmara Municipal.

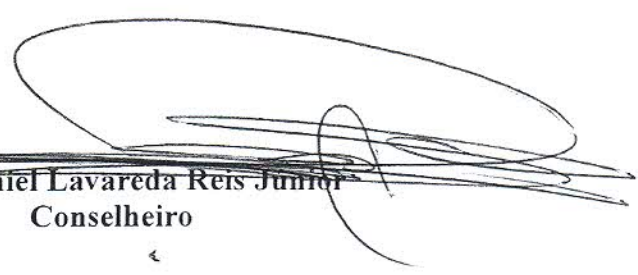
Voto

Preliminarmente, conheço da presente consulta, uma vez que o consulente é parte legítima, e a matéria é afeta à competência desta Corte, nos termos do art. 298 do Regimento Interno deste Tribunal, com o permissivo do art. 300, § 2º do RI/TCM-Pa, reiterando que a decisão tomada neste processo não constituirá prejulgado do fato ou do caso concreto.

Pelo exposto, **VOTO** que o percentual do FPM que integrará a base de cálculo para o repasse do duodécimo à Câmara Municipal, deverá ser de 100% (cem por cento), incluído, portanto o 1% (um por cento) previsto no art. 159, I, "d" da CF/88.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 11 de agosto de 2016.


Luís Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro

³ Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma:

(...)

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;